



**ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero inicialmente cumprimentar o nosso colega deputado Pedrossian Neto, pelo seu aniversário, e desejar-lhe tudo de bom. Que você possa continuar com esse belo trabalho que está fazendo aqui na Assembleia Legislativa! **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *“Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um e minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Seis da Trigésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 43/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nºs 3.491, 3.499, 3.517, 3.582, 3.590, 3.597 e 3.603/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 481 e 604/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Carta nº 3.28/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul; Carta nº 40.180.9681/2024, da Oi Telefonía. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte, Coronel David, Pedrossian Neto, Professor Rinaldo, Zé Teixeira e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Henrique, Roberto Hashioka. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Paulo Duarte e Zé Teixeira. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 158/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 242/2022, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 84/2024, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Diogo Nantes da Silva; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçadas aos familiares de Leonardo Luís Mense Rodrigues e José de Jesus Gonçalves; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçadas aos atletas Isabelle Mota Marques, Luiz Fernando Ferreira da Silva e João Lucas da Silva Pinto, da Academia Shobukan Karatê – Do, de Batayporã, por sua convocação para compor a Seleção Brasileira de Karatê no Campeonato Mundial a ser realizado*



em agosto de 2024, em Angola; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçadas aos atletas Gabriel Mota Severino da Silva e Miguel Mota Marques, da Academia Shobukan Karatê – Do, de Batayporã, por suas convocações para comporem a Seleção Brasileira de Karatê no Campeonato Mundial a ser realizado em agosto de 2024, em Angola; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao atleta Kauã Alves Kantrink, por sua convocação para compor a Seleção Brasileira de Karatê no Campeonato Sul-Americano a ser realizado em junho de 2024, na Bolívia; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à Chapa 1 – Um Conselho para Todos, em nome do presidente, doutor Thiago Leite Fraga, pela vitória nas eleições do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul (CRMV/MS), para gestão do triênio 2025-2028; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao segundo-tenente QOBM Max Sousa Tosta, pelas ações voltadas para o atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Mato Grosso do Sul, contribuindo para a promoção da saúde e conscientização da sociedade sobre o Transtorno do Espectro Autista; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, pelo lançamento do Programa MS Ativo Municipalismo, potencializando o desenvolvimento dos municípios e do estado de Mato Grosso do Sul nos eixos de infraestrutura, educação, inclusão social e educação; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, no dia 7 de maio de 2024, para a realização da reunião da Frente Parlamentar do Leite; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando o cancelamento da reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, para o dia 30 de abril de 2024, e a reserva do Plenário Júlio Maia no dia 8 de maio de 2024, para a realização da reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Indicações, de autoria dos deputados Caravina, João Henrique, Renato Câmara, Junior Mochi, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Professor Rinaldo, Marcio Fernandes e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhores e senhoras deputadas. Meu amigo irmão deputado Pedro Pedrossian Neto, parabéns! Deus o abençoe! Toda a felicidade do mundo. Expediente da Sessão Ordinária de 25 de abril de 2024: Ofício nº 93/2024, do Poder Executivo, encaminhando agradecimento ao deputado Junior Mochi, pela moção de congratulação apresentada pela renovação e reabertura do Centro Cultural José Otávio Guizzo (Prot. nº 977/2024); Ofícios nºs 1.232, 1.273 e 1.276/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Lucas de Lima e Rafael Tavares (Prot. nº 626/2024, 58/2024, 127/2024). Senhor presidente, foi lido o expediente.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto, aniversariante do dia.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Muito obrigado, senhor presidente e caros colegas deputados presentes. Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma indicação à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais e após a devida consideração do Plenário, solicitando que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, requisitando kits multimídia para a Escola Estadual Antônio Coelho, no município de Nova Alvorada do Sul. A justificativa para essa solicitação é a demanda apresentada pela Associação de Pais e Mestres (APM), que já havia sido feita anteriormente. Esses equipamentos têm como objetivo aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, conforme preconizado na Meta 7 do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença de duas figuras importantes na reestruturação e no projeto do governo Lula, que visa repensar a estrutura fundiária, promover a reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar em nosso estado. Em nome da bancada, é com satisfação que anuncio a presença da nossa estimada companheira Marina, uma defensora das causas da reforma agrária e dos camponeses do MST, que atualmente exerce o cargo de superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário neste estado. Também gostaria de saudar a presença do superintendente do Incra, o companheiro Paulinho Roberto, que viajou de Ponta Porã até aqui. Essa dupla realiza um trabalho reconhecido nacionalmente em prol da reforma agrária e da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pois não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Se Vossa Excelência me permite, qual é o nome do superintendente do Incra? Não, não, não! Paulo. Só para registrar que é Paulo.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero agradecer a presença da superintendente Marina e do superintendente Paulinho, que têm feito um

grande trabalho no estado de Mato Grosso do Sul. Sejam bem-vindos a nossa Casa de Leis.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, deputado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O deputado Zeca do PT usou da palavra pela ordem, e eu fui obrigado a acatar, mas eu estava na ordem de inscrição; então peço ao senhor que me devolva a palavra.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — É verdade, deputado. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, senhor presidente. Eu fiz um requerimento no dia 9 de abril deste ano, com o Protocolo nº 1018/2024. No entanto, até o momento, esse requerimento ainda não foi incluído na Ordem do Dia para que pudéssemos promover a votação adequada e seguir os trâmites regimentais que constam no mesmo. Portanto, solicito a Vossa Excelência que tome providências para incluir o Requerimento nº 1018/24 na próxima Ordem do Dia. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida para o final. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, posso usar este microfone? Primeiramente, bom dia a Vossa Excelência, aos demais colegas e às senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão. Acabo de retornar do Tribunal de Contas, onde fui designado pelo nosso presidente, deputado Gerson Claro, para representar esta Casa em um evento muito relevante: a abertura do Seminário sobre o Pacto pela Educação na Primeira Infância em nosso estado. Trata-se de um evento de grande importância, para o qual esta Casa tem contribuído significativamente. E eu fico a refletir que se todos os gestores deste país tivessem o conhecimento daquela frase atribuída ao rei Salomão: que devemos ensinar à criança o caminho pelo qual ela deve andar, para que, quando ficar velha, não se desvie dele... Se o Brasil republicano colocasse em prática as palavras ratificadas por Salomão, ou as palavras ditas por Pitágoras, grande pensador grego, que dizia que devemos ensinar a criança, para que não seja necessário puni-la na fase adulta... E por não terem sido colocados em prática esses ensinamentos, hoje, quando observamos os resultados do Pisa, que mede o desempenho educacional em todo o planeta, vemos o Brasil, que está entre as dez maiores economias mundiais, ocupando o 47º lugar em Língua Portuguesa e o 49º lugar em Matemática. Deputado Paulo Corrêa, Vossa Excelência, que praticamente compartilha da mesma faixa etária que eu, se lembra do tempo em que devíamos saber até a tabuada do dez; e tínhamos que conhecer o nome dos estados e suas capitais. Mas hoje percebemos, ao fazer uma enquete em escolas públicas ou privadas, que muitos adolescentes não têm esse conhecimento. Essa é a realidade atual. Não estou

atribuindo culpa a nenhum partido político específico; isso faz parte de um processo histórico-cultural. Ao longo do tempo, os gestores brasileiros nunca priorizaram verdadeiramente a educação. Essa é a verdade nua e crua. É por isso que, em 2024, estamos discutindo a base curricular, que é a parte mais fundamental do processo educacional. É na primeira infância que ocorre o desenvolvimento cognitivo e a formação do caráter das crianças. Portanto, gostaria de encaminhar uma moção de congratulação ao presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Jerson Domingos, pela iniciativa de promover um seminário com todos os gestores dos setenta e nove municípios, visando a criação de um pacto educacional. É fundamental que tenhamos um estado onde a educação acompanhe a sua riqueza. Avançamos muito, deputado Paulo Corrêa, com projetos como o MS Alfabetiza e com a alocação de recursos no PPA especificamente para a primeira infância. No entanto, ainda estamos distantes da realidade que realmente precisamos: uma educação de qualidade que forme cidadãos capazes de exercer sua cidadania plenamente...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Acho que nós estamos esfaqueando o Regimento hoje, senhor presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Já se passaram os três minutos?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Mas eu gostaria apenas de fazer um comentário importante, baseado na Matemática e em uma sugestão anteriormente feita ao governador Eduardo Riedel. Quero dizer a Vossa Excelência que está sendo implementado o Programa MS Matemática, uma iniciativa muito especial. Não é apenas o Ideb que está mostrando que estamos em uma posição um tanto discutível; a própria avaliação da qualificação dos professores em Matemática foi realizada e demonstrou claramente que precisamos nos capacitar nessa disciplina. Um país que avança conhece perfeitamente Matemática. Aos sete ou oito anos de idade a gente sabia a tabuada, que era tomada por nossa mãe em casa. Não é mesmo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Exatamente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — E é um orgulho, porque pelo menos ali a gente aprendeu a fazer conta; e quem sabe fazer conta, ler e escrever não é passado para trás. Eu queria deixar isso registrado, porque o governo Eduardo Riedel tem responsabilidade nesse assunto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Com certeza. Portanto, presidente, estou encaminhando uma moção de congratulação ao Tribunal de Contas pelo seminário que está sendo realizado aqui em Mato Grosso do Sul, com palestrantes renomados, para todos os representantes dos setenta e nove municípios. É isso que tinha para hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Caravina.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e público que nos assiste. Senhor presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar os amigos motoristas de aplicativo: Fuad, Diego, Edilene, Jean César, Eduardo e o Diego Polonês. Conhecemos esses amigos quando eu era secretário de estado de Governo, e tivemos bastante contato durante a elaboração do projeto de lei do governo do estado que criou incentivos ao uso do GNV. O bônus no IPVA para veículos movidos a GNV foi importante para a categoria. Eles estiveram hoje em nosso gabinete trazendo um pleito, um pedido de apoio com relação ao PL nº12/2024, que está em tramitação no Congresso Nacional. Vou me inteirar mais detalhadamente sobre esse assunto, mas sabemos que é uma proposta que visa retirá-los da situação de microempreendedores individuais e passá-los para a categoria de autônomos, o que resultaria em cobrança de Imposto de Renda. Isso tem preocupado bastante todos os motoristas de aplicativo no Brasil. Então, eles vieram pedir o apoio desta Casa, e vamos nos inteirar sobre o assunto para poder apoiá-los, pois queremos que eles tenham condições de trabalhar com dignidade e sustentar suas famílias. Eu gostaria, também, de informar, senhor presidente, que estamos avançando na questão da judicialização da saúde, um assunto que estamos tratando aqui nesta Casa junto com os demais atores. Ontem, tivemos mais uma reunião, desta vez com o desembargador Nélio Stábile, que é o presidente do Comitê de Saúde do Tribunal de Justiça, avançando para a estruturação desse centro que envolverá o Judiciário, a Defensoria Pública, a PGE, a Secretaria de Estado de Saúde e esta Casa, por meio da Comissão de Saúde, com o objetivo de reduzir significativamente a judicialização da saúde. Ontem, durante uma reunião, encaminhamos a proposta de utilização de uma plataforma já existente no Tribunal de Justiça, dentro do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus). Inicialmente, esse centro iria lidar apenas com questões já judicializadas, buscando realizar conciliações na área da judicialização da saúde, no entanto, agora estamos implementando uma pré-seleção, um pré-acordo, de modo que, antes de uma ação ser proposta, ela passe por esse conselho, utilizando essa plataforma, em cooperação com a Defensoria Pública, buscando resolver a demanda antes que se torne um processo judicial; isso implica em uma reestruturação do setor na SES, algo que está sendo discutido e autorizado pelo governador Eduardo Riedel, visando aprimorar e expandir o setor. Juntamente com a Defensoria, sempre que um cidadão buscar assistência para propor uma ação judicial devido à falta de um medicamento ou de uma cirurgia, esse pedido será encaminhado através da plataforma para esse setor que envolve todos esses órgãos, para que uma solução seja fornecida em um prazo de cinco dias, visto que, muitas vezes, a judicialização ocorre devido à falta de um fluxo bem estruturado. Muitos medicamentos estão disponíveis ou cirurgias podem ser realizadas através do MS Mais Saúde (antigo Opera), mas não são realizadas, resultando em uma demanda judicial, acarretando atrasos; e o cidadão diz: "Precisei acionar a Justiça para ter um direito garantido". Dessa forma, o estado acaba pagando muito mais, o procedimento acaba sendo realizado em outro estado e, muitas vezes, precisa-se esperar muito tempo, até mesmo ocorrendo a perda de uma vida enquanto aguarda. Em seguida, quando o tratamento é finalmente concedido, ele fica com a sensação de que não foi atendido adequadamente. Amanhã, haverá uma reunião online envolvendo



diversos participantes deste comitê, incluindo o TJ, a Defensoria Pública Estadual, a Defensoria Pública Federal, a OAB e esta Casa, que agora está representada pela Comissão de Saúde. Então, não tenho dúvidas de que vamos caminhar para diminuir essa judicialização. Era apenas isso que eu tinha a dizer no Pequeno Expediente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiramente, eu gostaria de fazer uma indicação ao senhor procurador-geral de justiça do estado, senhor Alexandre Magno Benites Lacerda, solicitando a realização de investigações sobre irregularidades no transporte de pacientes renais crônicos da Prefeitura de Porto Murtinho até esta capital, para tratamento de hemodiálise. Segundo denúncias feitas pelos usuários do transporte, e divulgadas por diversos veículos de comunicação, o serviço tem gerado revolta entre os pacientes, uma vez que o transporte está sendo utilizado para transportar peças de veículos de diversos tamanhos, além de outros produtos de carga, colocando em risco a segurança dos pacientes que já passam por um tratamento e uma viagem de retorno tão desgastantes. Além disso, senhor presidente, este não é apenas mais um requerimento; é o décimo requerimento que encaminho ao Ministério Público. Portanto, estou apresentando um requerimento deste Poder ao senhor procurador-geral de justiça do estado de Mato Grosso do Sul, doutor Alexandre Magno Benites de Lacerda, solicitando as seguintes informações: considerando que cerca de dez indicações foram apresentadas por este parlamentar, no Plenário desta Casa de Leis, que seguirão anexas, contendo denúncias enviadas pela população de Porto Murtinho, em face da má gestão e má utilização de bens públicos por parte do prefeito e secretários daquele município, venho requerer, saber, no prazo de setenta e duas horas, quais foram os resultados das instruções realizadas pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul com relação às denúncias apresentadas pelo povo murtinhense. Quero esclarecer, senhor presidente e senhores deputados, que: não havendo resposta, vou encaminhar pedido ao Conselho Nacional do Ministério Público, pedindo investigação sobre o Ministério Público do Mato Grosso do Sul. A verdade é que, na minha concepção, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul não cumpre com as suas atribuições. Por fim, senhor presidente, quero apresentar um requerimento, para que seja disponibilizado o uso da tribuna desta Casa de Leis durante a Sessão Ordinária do dia 7 de maio, terça-feira, para o pronunciamento do senhor João Paulo Pinheiro Bueno, superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso do Sul. Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 173, inciso XIX do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, após ouvido o Plenário, que seja disponibilizada o uso da tribuna desta Casa de Leis, durante a Sessão Ordinária do dia 7 de maio, para o pronunciamento do senhor João Paulo Pinheiro Bueno, superintendente da Polícia Rodoviária Federal, que fará a exposição sobre os impactos da Rota Bioceânica em Mato Grosso do Sul, sob a ótica da Polícia Rodoviária Federal. As justificativas estão anexas. Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de justificar minha ausência nas sessões de terça e quarta-feira (anteontem e ontem), porque eu estava em Brasília participando de diversas audiências e me dedicando principalmente às questões relacionadas à agricultura familiar. Na manhã de terça-feira, às 10h, tive uma audiência com a presidente da Funai, à qual solicitei a instalação de uma Coordenadoria Técnica Local (CTL) da Funai no município de Nioaque, mantendo, é claro, a CTL de Bonito. Além disso, discuti com ela a necessidade de restabelecer as instalações da Funai no município de Amambai. Minha segunda audiência foi com o presidente da Funasa, com a qual estabelecemos um convênio junto à Agraer e o Dsei, para a perfuração de poços artesianos em aldeias, assentamentos e comunidades quilombolas, porque existem cerca de cinquenta poços artesianos que precisam de solução. A terceira audiência foi com o ministro Luiz Marinho, ao qual eu e o deputado Vander Loubet solicitamos o reforço da estrutura do Ministério do Trabalho em nosso estado, especialmente no que diz respeito ao combate ao trabalho escravo. Infelizmente, Mato Grosso do Sul é um dos estados com maior incidência dessa desgraça, principalmente nas fazendas de pecuária; e o Ministério do Trabalho tem que fiscalizar. Ontem, eu e o deputado Vander Loubet estivemos com o presidente da Conab, Edgar Preto, para falar sobre a reforma dos armazéns do Assentamento Itamarati, porque, provavelmente em junho ou julho, teremos a vinda do presidente Lula para a entrega de três mil títulos e para o lançamento da reforma dos armazéns daquele assentamento que hoje tem três mil famílias, com cerca de vinte mil moradores. Por último, com o ministro Paulo Teixeira, tratamos do encaminhamento de um acordo que estabelecemos aqui no estado para que a Sudeco assuma o aval das operações da agricultura familiar junto ao Banco do Brasil e a outros estabelecimentos bancários. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) - Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar um projeto de lei muito interessante que dispõe sobre a doação, coleta e dispensação de medicamentos dentro do prazo de validade, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Esse projeto de lei vem para regulamentar a doação de medicamentos dentro do prazo de validade, e tem como objetivo promover a conscientização da população sobre a importância da doação de medicamentos, para possibilitar o reaproveitamento e a dispensação de medicamentos em condições de uso e orientar sobre a destinação final adequada dos medicamentos que não tenham mais condições de uso, além de promover ações filantrópicas voltadas ao auxílio do tratamento de saúde das pessoas, por meio do acesso gratuito aos medicamentos provenientes de doações da comunidade e instituições da sociedade civil. Esse projeto de lei nos foi encaminhado por uma comissão de profissionais farmacêuticos que são voluntários em atividades junto às comunidades carentes que, em razão do acompanhamento de famílias em situação de



vulnerabilidade, foram estimulados a buscar apoio do parlamento estadual para propor uma legislação que regulamente a doação de medicamentos dentro do prazo de validade, estruturando o sistema de coleta, avaliação técnica e a entrega de medicamentos ao paciente por meio de parcerias com instituições da sociedade civil que se inscreverem para desenvolver ação de forma voluntária. Em síntese, esse projeto quer apoiar as chamadas farmácias solidárias de entidades, igrejas e associações que fazem a coleta de medicamentos que estão dentro do prazo de validade e que depois, com a presença de um profissional farmacêutico, pode fazer a entrega para pacientes que não têm condições de adquirir esses medicamentos, pois nós sabemos que hoje em dia os remédios estão com os preços muito elevados, e que determinados medicamentos são muito caros e inacessíveis para as pessoas de baixa renda. Eu conheci uma dessas farmácias em uma paróquia aqui de Campo Grande, onde havia coleta de medicamentos dentro do prazo de validade, onde as pessoas carentes tinham acesso a eles de forma gratuita e com o acompanhamento do farmacêutico. Essa pode ser uma alternativa muito boa, muito interessante para associações, igrejas e comunidades que fazem esse trabalho. Mas, é claro que isso deve ser feito com acompanhamento de um profissional farmacêutico, para que esses medicamentos sejam acondicionados de forma adequada e não haja risco de ser entregue um medicamento vencido. E tudo isso deve ser muito bem controlado, assim essas iniciativas de farmácias solidárias podem ser de grande valia para a nossa comunidade que não tem condições financeiras de acesso a esses medicamentos. Era isso que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento a população que nos prestigia com sua presença em nossa Casa de Leis, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia e a imprensa que se faz presente cobrindo a nossa Sessão. Presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente para a apresentação de três indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Paulo Magalhães, diretor da Way-306, concessionária da rodovia MS-306, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Pellufo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimento (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando tomada de providências necessárias quanto ao estudo e a implantação de uma terceira pista nos trechos críticos de subida entre o KM 125 e o KM 126, e o KM 135 e o KM137 da referida rodovia, entre os municípios de Cassilândia e Chapadão do Sul, em atendimento ao anseio da população que encaminha solicitação ao nosso gabinete. Também, senhor presidente, indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, e ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, por cópias autônomas, solicitando o aumento de efetivos policiais, o envio de mais viaturas da Polícia Militar e a destinação de uma

viatura exclusiva para patrulhamento nas estradas vicinais do município de Coronel Sapucaia, em atendimento à solicitação da presidente da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia, vereadora Niágara Kraievski, conforme documento enviado ao nosso gabinete oriundo da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia. Também senhor presidente, indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Mendes Pinto, diretor-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilidade de recursos para aquisição de instrumentos musicais destinados à implantação da Banda Marcial Municipal Getúlio Vargas, de Nova Andradina, em atendimento a solicitação, através do Ofício nº 24/2024 anexo. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 01308/2024), uma moção de pesar (Prot. nº 01307/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma moção de congratulação (Prot. nº 01286/2024). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 01297/2024), um projeto de decreto legislativo (Prot. nº 01310/2024); uma moção de repúdio (Prot. nº 01311/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 01309/2024, 01304/2024, 01302/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01303/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três moções de congratulação (Prot. nºs 01315/2024, 01314/2024, 01313/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 01299/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 01305/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01317/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro requerimentos (Prot. nºs 01298/2024, 01296/2024, 01301/2024, 01300/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois requerimentos (Prot. nºs 01312/2024, 01316/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos para o seu pronunciamento, nobre deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente não vou usar os trinta minutos, mas eu acho importante fazer um registro para nossa reflexão sobre uma pesquisa que foi divulgada hoje pelo movimento "Todos pela Educação", que apresenta um cenário preocupante, fazendo um acompanhamento dos últimos dez anos no Brasil sobre a situação dos professores das redes estaduais, onde hoje temos seiscentos e sessenta e oito mil professores atuando. O que vem ocorrendo é uma queda drástica no número de professores efetivos concursados, enquanto o número de professores contratados temporariamente está aumentando. Isso impacta diretamente na qualidade da educação, pois um professor temporário, ao passar por um processo seletivo e atuar por dois anos, pode ser substituído sem ter estabilidade, plano de cargos e carreira, ou segurança quanto à sua continuidade na escola. Esses profissionais não recebem o mesmo acompanhamento em termos de qualificação e capacitação que os demais; e essa situação prejudica a qualidade da educação. O que está acontecendo no Brasil é que os estados estão optando por contratar servidores de forma temporária, em vez de realizar novos concursos públicos.

Essa tendência também está presente nas prefeituras. Não disponho dos dados dos municípios, mas a lógica é a mesma: deixar de realizar concursos e contratar temporários ou utilizar o instituto da convocação, além de contratos celetistas para esses professores. Hoje, a realidade já mudou bastante. Há dez anos, cerca de 68% dos professores estaduais eram efetivos concursados e apenas 30% eram contratados. Agora, o quadro se inverteu: temos 51% de contratados e 46% de efetivos; então esse movimento tem reduzido cada vez mais o número de professores efetivos. Vou começar falando sobre os estados que possuem mais professores efetivos e concursados. No Rio de Janeiro, 96% dos professores são concursados, seguido por Amazonas, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte, todos com cerca de 90% de professores concursados. Portanto, são cinco estados que têm mais de 90% de professores efetivos. Agora, vamos analisar os cinco estados com mais professores contratados. Em Minas Gerais, apenas 19% dos professores são efetivos, enquanto 81% são contratados. Na sequência temos Tocantins, Acre, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul — que é o sexto estado com o menor número de efetivos (30%), tendo 70% de professores contratados; e isso me preocupa bastante, deputado Caravina. Nós fizemos um debate sobre a situação da previdência, que agora será discutida com mais profundidade por uma nova comissão, apresentando propostas concretas de como enfrentar o déficit da previdência e, em breve, retomar a discussão sobre o desconto dos 14% com os aposentados. Então levantamos aqui nesse debate a questão da contribuição para o fundo de previdência de Mato Grosso do Sul. Vejam que 70% dos professores, o que representa aproximadamente onze a doze mil professores, estão contribuindo para o INSS, e não para a Ageprev. Além disso, se olharmos para outras secretarias, na Agesul, por exemplo, temos pessoas contratadas após um processo seletivo. Na Secretaria de Assistência Social temos vários profissionais, como psicólogos, contratados temporariamente. Nos últimos anos, observamos uma tendência no serviço público de realizar menos concursos e contratar mais pessoas temporariamente, seja como CLT ou por algum contrato realizado pelo estado; e isso é prejudicial não apenas para o fundo de previdência do estado, mas também para o serviço público como um todo, porque esses funcionários temporários não são servidores de carreira, portanto não têm um compromisso com o estado, visto que eles estão ali temporariamente, e amanhã podem não estar mais. Acredito que essa situação deve chamar nossa atenção e incentivar o governo do estado a refletir sobre isso. Precisamos voltar a investir em um serviço público de qualidade, com servidores de carreira que tenham compromisso duradouro com o estado, portanto, independentemente do governo, esses servidores continuarão prestando serviço e mantendo seu compromisso com o estado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Permite-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo um aparte ao deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para contribuir com o debate, acredito que o senhor tem razão em vários aspectos. Com relação aos professores, acho importante aprofundarmos nesse assunto, e acredito que esta Casa poderia participar desse processo, talvez por meio de uma comissão específica ou até mesmo

da Comissão de Educação. Precisamos realizar um levantamento mais preciso sobre os professores convocados e identificar quem realmente precisa ser convocado, pois é necessário fazer uma distinção clara.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exato.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Há professores que precisam ser substituídos por convocados, pois estão afastados da sala de aula para exercer outras funções, como direção de escola, coordenação ou cedência a outros órgãos. Esse é um assunto que também precisa ser aprofundado, especialmente a prática de ceder professores para outras instituições. Quando um professor com um salário inicial ou final considerável é cedido para uma função que poderia ser ocupada por um servidor público com um salário muito menor; isso deve ser levado em consideração. Infelizmente, não tenho esses números detalhados, mas creio que a Secretaria de Estado de Educação poderia realizar esse levantamento para determinar quantos professores atualmente estão convocados para outras funções, algo que impede a realização de concursos públicos para vagas puras.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exato.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Mas não é o caso de todos, pois a gente sabe que nós temos muitos que podem ser substituídos, sim, por concursados.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exato.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — E eu acredito que isso reflete o desejo de todos nós, pois a função do professor não pode ser terceirizada por meio da contratação de empresas; o professor deve ser concursado. Então é importante nos aprofundarmos nesse assunto por meio da Comissão de Educação, em colaboração com o secretário Hélio Daher, para levantarmos o número exato. Nós precisamos identificar quantos professores estão cedidos, e se é possível reduzir essa cedência, e isso envolve diversos fatores, já que temos professores cedidos para uma variedade de órgãos, incluindo a Assembleia e o Tribunal de Justiça, entre outros. Devemos reduzir esse número e buscar a substituição por concursados. Concordo com suas observações. Essa é a minha contribuição.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Perfeita a colocação de Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Existem, de fato, algumas situações em que é necessário convocar professores. Por exemplo, quando um professor é eleito diretor da escola e deixa a sala de aula para assumir o cargo de direção. Nesse caso, é necessário convocar alguém para ocupar a vaga deixada por ele. Outra situação é quando uma professora entra em licença-maternidade, que no estado dura seis meses; nesse caso é preciso convocar um professor para ocupar temporariamente a vaga

enquanto ela está ausente. Assim também acontece com licenças médicas e algumas outras situações, como professores que deixam a sala de aula para assumir a coordenação pedagógica da escola. Nessas situações, geralmente um professor convocado assume a vaga na sala de aula. No entanto, convocar professores para vagas puras tem que ser através de concurso público. Mas, atualmente no estado está havendo uma distorção, porque aproximadamente 70% dos professores são convocados temporariamente. Isso gera prejuízos para a educação, pois a instabilidade e a alternância de professores são prejudiciais para as escolas. Além disso, há prejuízos para o nosso fundo de previdência, um tema que esta Casa discute quase diariamente. Portanto, acredito que devemos levar essa preocupação ao governo do estado e fazer uma reflexão séria sobre quantos professores estão fora da sala de aula, verificar os desvios de função, para podermos organizar melhor a situação da educação em Mato Grosso do Sul. Concedo um aparte.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado, eu agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência, e gostaria de destacar um detalhe importante: essa questão não se restringe apenas à educação. Para ilustrar, estive em contato com o presidente do Sindicato dos Médicos de Campo Grande, o doutor Marcelo, que me informou que, dos mil duzentos e quarenta e nove médicos que atualmente atuam na rede, apenas duzentos e cinquenta são concursados. O que estamos enfrentando com relação à Ageprev é semelhante ao que os servidores enfrentam com relação ao IMPCG. Isso ocorre porque os contratados acabam contribuindo para o INSS e não para a previdência específica do servidor. Portanto, é um assunto realmente delicado, e Vossa Excelência está correto em apontar essa preocupação. Precisamos levar essa questão ao governo do estado, especialmente à Secretaria de Estado de Educação, para realizar um levantamento adequado. Essa prática de contratação temporária existe desde os primórdios do Brasil. Minha mãe lecionava e se aposentou numa época em que não havia concursos, então todos eram nomeados. Eu mesmo fui professor por um período como contratado, assim como a Rose, que lecionou por cerca de doze anos nessa condição. Como mencionou Vossa Excelência, essa instabilidade é realmente prejudicial principalmente para aqueles que trabalham na Educação Especial. Imagine um aluno com Síndrome de Down ou autismo: cada vez que um professor temporário é substituído, um novo vínculo afetivo precisa ser estabelecido com o aluno. É uma situação muito delicada que exige um estudo aprofundado para entender o verdadeiro impacto dessas contratações temporárias para o estado, considerando o custo dos salários, especialmente quando nosso piso salarial é o mais alto do Brasil, chegando a quase doze mil reais mensais para uma carga horária de quarenta horas semanais, algo muito distante do segundo estado a pagar mais, que é o estado do Pará, que paga oito mil reais. Parabéns Vossa Excelência pela iniciativa desse debate, e vamos encaminhar essa demanda para que seja realizada uma análise adequada no momento oportuno. Agradeço pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, e incorporo o aparte de Vossa Excelência, que foi perfeito nos exemplos fornecidos, especialmente na área da Educação Especial, onde temos professores especializados para atuar com alunos

que têm alguma deficiência. Esses professores passam por especializações em diversas áreas, mas hoje estamos colocando professores convocados na Educação Especial. Essa rotatividade de professores causa um impacto significativo no rendimento desses alunos, pois eles precisam se adaptar a novos educadores com frequência, portanto, é importante que voltemos a fazer concursos para essas áreas específicas e também a contribuir com o MS Prev. Antes de conceder o aparte, quero dizer que nós tivemos reunião com o doutor Jorge Martins, da Ageprev, e ele dizia que para a previdência ser superavitária — um sonho nosso — ela deveria ter quatro servidores na ativa contribuindo para cada inativo, mas hoje a situação do nosso estado é de 1,2 a 1,3 servidor para cada aposentado. Então "a água já chegou no nariz", por isso nós precisamos realmente levar o governo do estado a fazer essa reflexão de forma mais profunda. Concedo o aparte.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Quero cumprimentar a todos e agradecer a oportunidade, deputado, reconhecendo sua brilhante exposição sobre a educação no estado de Mato Grosso do Sul. Se começarmos pela previdência, o gráfico mostra uma tendência preocupante: à medida que a longevidade aumenta e as ferramentas tecnológicas avançam, a contribuição dos servidores ativos tende a diminuir, resultando em um déficit previdenciário, então isso "abre a boca do jacaré". Como mencionou o nobre deputado, temos apenas 1,3 servidor ativo para cada quatro necessários, e a situação na educação é ainda mais complexa. No estado, temos aproximadamente sete mil professores efetivos e quase treze mil convocados, representando uma proporção de 30% de efetivos para 70% de convocados, conforme destacado pelo deputado. Quando um professor temporário é contratado gera problemas significativos devido à falta de continuidade, pois não há segurança de que ele permanecerá. Isso afeta principalmente a educação infantil, onde a criança se adapta a um professor, mas o vê ser substituído na semana seguinte. Essa instabilidade prejudica os indicadores do Ideb. É importante ressaltar que os professores convocados frequentemente são destinados à sala de aula, enquanto os efetivos podem estar em outros setores ou serem readaptados. Para realizar concursos, as vagas precisam ser puras, o que complica ainda mais a situação. Em termos econômicos, um professor convocado recebe 70% a menos do que um efetivo. Com doze mil convocados, o estado paga salários menores e contribui apenas com 20% para o INSS. No entanto, ao efetivar esses professores, o estado precisará pagar salários maiores, além de 28% de contribuição patronal e mais 8%, por isso a situação não é simples. Recentemente, a Agesul realizou um processo seletivo e contratou cem engenheiros, algo que, como engenheiro do governo, sou contra, pois um fiscal de obra temporário, ao ingressar no departamento, não tem garantias de permanência, o que compromete sua capacitação. Eu mesmo, ao entrar no Dersul, em 1981, passei anos aprendendo o que era necessário para ser um engenheiro rodoviário, adquirindo a qualidade e condições necessárias para fiscalizar uma obra em termos quantitativos e qualitativos efetivos. Então, a preocupação é válida, especialmente quando se trata do nível de escolaridade de nossas crianças e jovens, e isso não se trata de desqualificar os professores convocados, mas sim de reconhecer as dificuldades que enfrentam, desde salários menores até falta de estabilidade e capacitação. O estado precisa equacionar

essas questões financeiras de maneira responsável, para que efetive o professor. O salário é 70% maior e mais 8% a ser pago para a Ageprev, mas é preciso achar uma solução. E nós naturalmente aqui na Assembleia temos essa responsabilidade de procurar a melhor forma de achar uma solução para a previdência, porque quem já contribuiu durante tantos anos, ainda tem que pagar 14%; e também não é justo um professor convocado fazer serviço de sala de aula e receber 70% a menos do que um professor efetivo. Era isso, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - É verdade! Concordo plenamente com Vossa Excelência e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Atualmente, nas escolas, temos duas categorias de professores, sendo que os efetivos recebem 70% a mais do que os convocados. Essa disparidade salarial é bastante complicada, considerando que ambos desempenham as mesmas funções. Além disso, eu gostaria de citar meu próprio exemplo: antes de ingressar no serviço público estadual por meio de concurso, trabalhei na iniciativa privada e contribuía para o INSS. Ao entrar para o estado, averbei todo o tempo de serviço que tinha na iniciativa privada para minha aposentadoria. Então, atualmente recebo aposentadoria como professor do estado, e uma parte desse tempo averbado é contabilizada. Embora eu contribua para o INSS, quem paga minha aposentadoria é o estado, portanto, o INSS deveria devolver essa contribuição feita para o fundo de previdência de Mato Grosso do Sul, que é responsável por pagar minha aposentadoria. É essencial aprofundar esse debate e instigar o governo do estado a refletir sobre essa redução no número de professores efetivos, algo que tem um impacto direto na qualidade da educação. Concedo o aparte, deputado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) - Deputado Pedro Kemp, agradeço pelo aparte e concordo plenamente com suas observações e com as do deputado Hashioka. É preocupante ver professores convocados ganhando menos do que os efetivos. No entanto, eu gostaria de destacar uma questão levantada por você sobre a preocupação das crianças especiais em relação aos professores convocados. Essas crianças precisam de um acompanhamento especial e de atenção dedicada por parte de seus cuidadores e professores. Muitas vezes, quando finalmente elas estabelecem um vínculo com um professor, têm que enfrentar a substituição e recomeçar todo o processo; isso pode afetar negativamente seu desenvolvimento. Portanto, é crucial garantir que os professores, tanto os convocados quanto os efetivos, possam manter uma continuidade no acompanhamento dessas crianças, então devemos repensar nosso sistema de trabalho para que os professores convocados também possam oferecer o suporte necessário às crianças que precisam de atenção especial. Era isso que eu gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento, deputado Pedro Kemp. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - Muito obrigado, deputado. Vossa Excelência está familiarizado com essa realidade, especialmente no caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). É importante que essas crianças estabeleçam vínculos sólidos com seus educadores, e muitas vezes, quando conseguem, a escola decide fazer mudanças nos professores, o que tem um impacto significativo no desempenho dessas crianças especiais. Além disso, é importante

destacar que os professores da Educação Especial precisam ter qualificação e especialização na área em que atuam na escola. Portanto, é fundamental que estejam lá como professores efetivos para evitar mudanças bruscas no atendimento a essas crianças. Eu acompanhei um grupo de mães aqui em Campo Grande, na Rede Municipal de Ensino, quando o então prefeito Marquinhos Trad decidiu substituir os professores da Educação Especial por atendentes de nível médio. Eu recebi um grupo de mães, todas com filhos autistas, e ouvi relatos dramáticos sobre como essa mudança afetou seus filhos. Portanto, é de extrema importância que possamos contar com profissionais de carreira do estado que possam se qualificar, permanecer na escola e desenvolver planejamentos e projetos, porque eles são efetivos, eles são do estado. Muda o governo, mas eles continuam ali o trabalho e a política educacional. Portanto, é preocupante o número atual de 70% de professores temporários atuando na Rede Estadual de Ensino. Vamos levar essa reflexão ao governo, como mencionou o deputado Roberto Hashioka. Sabemos que é uma questão complexa, que envolve análise dos impactos financeiros, entre outros aspectos, mas é importante enfrentar essa situação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste e nos acompanha na tribuna desta Casa, eu hoje, ouvindo o deputado Paulo Corrêa falar sobre um período que se tomavam das crianças nas escolas a tabuada, perfeitamente me lembrei desse período, pois estudei nele. Mas o que tem feito hoje o governo do estado é tomar das crianças o recurso da educação; e tem tomado das crianças até as carteiras, deputado Neno Razuk, que seriam para elas aprenderem e terem uma melhoria na qualidade do serviço público e para que a gente pudesse dar a devida estrutura a elas. Eu fico com vergonha, deputado Neno Razuk, por esta Casa ter um percentual tão pífio de emendas não impositivas para fazer transformações. São três milhões de reais, deputado Roberto Hashioka. Quando esta Casa tem vontade de realizar, verdadeiramente, o seu trabalho, o seu múnus público de fiscalização, encontra desvios, encontra falhas na gestão de milhões de reais; e eu não estou entendendo aonde é que o governo Eduardo Riedel quer chegar. Servidores da Educação já foram presos, funcionários que aprenderam *modus operandi* dentro da Governadoria foram presos e, quando a gente faz o levantamento, um detalhamento... Eu sempre ouvia, deputado Roberto Hashioka, que existia no governo Riedel o "comprice", essa modalidade de prevenção. Não, não é "compliance", é "compra ice", compra fria, compra fria de carteiras. Eu vejo que isso é um problema generalizado no governo. E nós começamos a fazer uma investigação face ao Contrato nº 24/2024, que o governador Eduardo Riedel chancelou, onde o objeto desse contrato é um conjunto para refeitório, de mesas com oito cadeiras da classe dimensional nº 3. O outro objeto que compunha o contrato era também de carteiras classe dimensional nº 3 para crianças de estatura de um metro e oitenta e cinco até um metro e quinze [sic], então são duas atividades, são dois tamanhos. Mas a questão fulcral é que o governo do estado elaborou um contrato no valor de oito milhões e quatrocentos mil reais, e pagou por esses conjuntos o importe de quatro mil novecentos

e trinta reais. Então eu comecei a me debruçar sobre esses contratos, e me chamou a atenção que esse contrato aconteceu no dia 21 de março de 2024; a liquidação no dia 26; e a ordem de pagamento no dia 27 de março. Foi a adesão de uma ata — e a gente sabe que existem atas de registro de preço — com rapidez; e essa velocidade me assustou. Então eu comecei a fazer um trabalho de "formiguinha", perguntando para alguns outros fornecedores quanto é que eles cobravam por vinte e cinco conjuntos que criei hipoteticamente nesse orçamento. Agora, pasme, deputado Neno Razuk! Por esses valores unitários — que o governo pagou quase cinco mil reais — os fornecedores me entregaram orçamentos, que eu estou anexando aqui, de dois mil duzentos e sete reais e quarenta centavos; e rapidamente. Eu recebi esse orçamento mais rápido do que o estado levou para pagar com sobrepreço essas cadeiras. Eu recebi orçamento de dois mil cento e sessenta e quatro reais, nas mesmas condições, no mesmo peso, no mesmo tamanho; também recebi de mil seiscentos e noventa e nove reais; e de mil oitocentos e noventa e nove reais para o outro conjunto. Sendo assim, a gente encontra uma diferença de cinco milhões de reais para o menor orçamento encontrado. Eu toco nas emendas parlamentares porque cinco milhões de reais é aproximadamente a emenda parlamentar de dois deputados, ou seja, o nosso trabalho de fiscalização verdadeiramente é muito mais importante para o cidadão do que as nossas emendas, mesmo elas sendo é insignificantes para que nós possamos funcionar como agentes de transformação cobrados pela população. Então veja, é um pequeno exemplo de vários contratos do governo que nós pegamos. Mas eu quis ir além, quis ser muito detalhista, e tive o cuidado e a cautela de ligar também para o mesmo fornecedor que entregou as carteiras. E esse mesmo fornecedor, me tratando como um cliente em potencial muito menor do que o estado — que pediu apenas vinte e cinco conjuntos, quando o estado, em praticamente cinco dias, pagou (para mil duzentos e cinquenta conjuntos de cadeiras) a quantia de oito milhões de reais, valor referente a emendas de, praticamente, três parlamentares, para a termos um ponto de referência — também me entregou [sic] com uma diferença substancial. Então, o que nos leva a crer é que nesse governo tem "compraice" e não "compliance"; e nos leva a crer que estamos aqui, nesse momento, apenas confirmando o trabalho das autoridades policiais, que estão fazendo o seu trabalho frente ao governo. E quando acontece algo, diz-se: "O governador Eduardo Riedel agiu rápido e exonerou os funcionários". O governador Eduardo Riedel tem conhecimento, ele autorizou, conhece quem são as pessoas e o *modus operandi*; e não tem "compliance", tem "compraice", compra fria; por isso estamos fazendo uma denúncia neste momento ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, para que verifique a destinação original de verbas que são federais, e para outros órgãos de controle, incluindo a nossa Casa, que deveria, neste momento, também nos ajudar a entender por que em um simples contrato, em três ou quatro ligações, a gente encontra uma possibilidade de diferença de cinco milhões de reais, face a um valor liquidado de oito milhões de reais.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte ao deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor deputado, é muito sério o que Vossa Excelência está falando, e eu me sinto na obrigação de ocupar a tribuna e dizer que o processo licitatório do governo funciona. Eu queria dizer a Vossa Excelência que existe um pregoeiro credenciado, e que pela antiga Lei nº 8.666/1993 publicava-se um edital e as empresas tinham livre acesso e participavam. Agora, com a nova legislação, Vossa Excelência sabe que complicou ainda mais, porque empresas do Brasil inteiro participam on-line, dão o lance, mas você nem sabe de onde elas são. Nós temos esse problema aqui na Casa também, de empresas que você não tem como saber se vai tocar ou não uma obra que você licitou, ou se você vai comprar um material com a qualidade que está sendo apresentada. Mas existem os prazos e os processos, a qualidade e o preço. Então quando Vossa Excelência fala em "comprice" fica um negócio muito pejorativo. Dizer "acho que eu compro mais barato que o governo...". Eu tenho certeza que o cidadão comum, que não tem que obedecer a Lei das Licitações, compra muito mais barato. O problema é que na compra governamental você tem que obedecer a critérios, e esses critérios fazem com que você tenha que obedecer a lei na íntegra. Eu desafio o senhor e qualquer outra pessoa, porque conheço a qualidade e a honestidade do governador Eduardo Riedel, que é meu amigo pessoal há trinta anos, e sei da sua honestidade. Então eu desafio Vossa Excelência a provar a existência desse "comprice", que em inglês seria uma compra fria. Eu desafio que isso seja provado, porque dizer: "Eu acho que houve uma 'comprice'" não é o mesmo que: "Eu tenho certeza que houve uma 'comprice'". Então fica muito vaga essa fala para um governo que tem prezado pela transparência e por obedecer os critérios da Lei de Licitações vigente no País. Então, se Vossa Excelência compra quatro carteiras mais barato que o estado compra dez mil... Mas Vossa Excelência dizer que não está sendo feito nada na educação, e que o dinheiro da educação está sendo roubado para alguma coisa é sério! É grave! E eu vou pedir ao governo que responda, até porque eu defendi esse governador, e Vossa Excelência perdeu a eleição com o candidato que Vossa Excelência defendeu. Então [vocês] têm que ganhar a eleição para fazer do jeito de vocês; do jeito que está sendo feito agora é com o governador que ganhou a eleição. E se existe algum critério que seja diferente da honestidade, da transparência e da lisura, eu queria que o senhor não ficasse no "eu acho que..." Tem que ser assim: "Eu tenho certeza! Estou formulando uma denúncia no Ministério Público baseado em fato real!" Porque presunção de culpa é muito sério! E presunção de culpa com viés político é mais sério ainda! Então convém Vossa Excelência analisar, porque pode-se falar de muitas qualidades ou defeitos de muitas pessoas, mas tem uma qualidade do governador Eduardo Riedel que eu quero dizer neste Plenário, e que eu respeito, que é honestidade, deputado. Ele não vai deixar acontecer coisa errada; tenho certeza disso, porque é um grande gestor, e foi treinado. Vou lembrar para Vossa Excelência, porque Vossa Excelência é novo e falou da tabuada, e eu tenho orgulho de ter decorado a tabuada com sete anos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado, seu tempo de aparte acabou. Conclua, por favor.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu vou concluir. Concede-me um novo aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não, porque eu preciso concluir, e eu tenho outro aparte; então prefiro que o senhor conclua a fala.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Perfeitamente. Quero dizer a Vossa Excelência que eu confio no governador Eduardo Riedel.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado. O senhor mencionou o pregoeiro desse contrato, e eu quero dizer que a pregoeira do PSDB do município de Sidrolândia está presa, deputado. Quero dizer a Vossa Excelência que a modalidade a que eu estou me referindo no contrato é de adesão à ata de registro de preço, que é uma modalidade enxuta, na qual você escolhe licitações que já foram feitas em outros municípios, com a intenção e a ideia de agilizar o processo. O que não pode acontecer, deputado Paulo Corrêa, é, nas mesmas condições, nas mesmas especificações, no mesmo desenho, nos mesmos moldes daquilo que foi contratado pelo estado, a gente receber a informação de que está pagando duas vezes o valor.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede-me um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Paulo Corrêa, o que não se pode tolerar são palavras que se traduzem em atitudes levianas, e que ficam ao rebento, ao relento; mas não é essa a minha intenção, pois eu não sou o deputado do "eu acho", sou o deputado do "eu faço", e estou fazendo uma denúncia formal ao Ministério Público, e não só esse deputado, mas também acha que o PSDB (a gestão dele) tem ido no caminho equivocado, senão não teriam prendido agentes políticos da educação, que posteriormente foram soltos, e a agente do município de Sidrolândia, a que me referi. Concedo um aparte ao deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Deputado João Henrique, são, de fato, graves essas denúncias, essas acusações. Eu quero dizer que todo este Parlamento naturalmente se preocupa quando vêm informações dessa natureza, e o Parlamento vai querer analisar isso a fundo, sem que nós venhamos a abolir a presunção de inocência e que nós venhamos desde já condenar quem quer que seja pela simples menção a essa situação. Muitas vezes, dentro da gestão pública, ao se relacionar com esses fornecedores, pode ter certeza que o cara fala que vai entregar um determinado material, aí você chama um técnico para analisar, e ele indica que não é a mesma especificação, não é o mesmo material, não é a mesma durabilidade, não é a pronta entrega, não tem a ergonomia correta para que possa atender aquele aluno e não tem as características que foram exigidas. Então, muito cuidado. Eu não quero dizer que o trabalho que Vossa Excelência fez não é de qualidade, visto que Vossa Excelência está dizendo que são as mesmas especificações; vamos tomar isso como princípio. Mas eu quero analisar a fundo, porque pode ser que não seja a mesma [especificação]. Na ocasião em que nós estávamos aqui, no passado, discutindo Cassems, sobre planos

odontológicos, nós fomos a fundo e vimos que não era a mesma coisa. Até mesmo o fornecedor que o senhor apresentou... Quando essa empresa mostrou para Vossa Excelência o preço, não era o preço com a cobertura total. Então, na realidade, talvez o fornecedor possa ter levado Vossa Excelência ao equívoco. Então vamos nos aprofundar nesse tema, mas não vamos estabelecer culpa logo de início. Eu também quero analisar isso, e sei da retidão do governador Eduardo Riedel e que ele não tem compromisso com o erro, pois tem uma administração voltada para a excelência, portanto não concordo com a ideia de "comprice". O compliance é uma questão séria que tem norteado os governos e as empresas, e isso hoje é uma tendência na administração pública. E fazer a adesão à ata de registro de preços não é nenhum problema em princípio, inclusive é uma modalidade de agilidade na gestão pública, e muitos gestores utilizam esse formato muitas vezes para sair da burocracia da Lei nº 8.666/1993 e dessa outra que veio substituí-la, porque é um verdadeiro calvário você comprar qualquer tipo de coisa. Então, para agilizar, faz-se a adesão a uma ata que já foi balizada, visto que já foi utilizada por outros órgãos, por entes da federação, para fazer a aquisição; e não vejo, em princípio, nenhum problema. Mas quero dizer o seguinte...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Seu tempo acabou.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vamos fazer essa análise, e quero me somar a essa fiscalização, sem abolir a presunção de inocência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado. Para concluir a minha fala, presidente, quero apenas dizer que nós estamos abertos a trazer qualquer tipo de documentação a quem quer que seja desta Casa que tenha interesse. Toda semana trarei aqui algum tipo de contrato desses. Eu me dediquei nesses últimos meses a encontrar esses contratos, para que nós possamos toda semana debater alguma dessas situações. Agradeço o aparte, e quero dizer a Vossa Excelência, deputado Pedrossian Neto: é o mesmo fornecedor; o mesmo fornecedor de quem eu recebi o orçamento. Obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro quero me somar a fala do deputado Paulo Corrêa. Com relação à lisura e à transparência do governador Eduardo Riedel, tive a oportunidade e o orgulho de ser secretário de estado de Governo por um ano, e sei da preocupação do nosso governador com as coisas certas. O deputado João Henrique, de forma leviana, usando da condição da imunidade parlamentar, faz acusações de qualquer modo. Uma coisa é fiscalizar, pegar processo e olhar. E nós vamos procurar saber! Eu estava conversando com o deputado Paulo Duarte, e vamos dar uma olhada nesse processo. E o deputado usou também a questão do PSDB. Valdemar da Costa Neto é do PL, e foi preso. Que absurdo é esse? Ele mistura alhos com bugalhos. Ele "joga para a torcida", faz teatro e faz movimento com assunto sério.

Levar uma denúncia dessa é muito sério. Tem que ser verificado. O deputado Pedrossian Neto explicou muito bem na adesão de ata, a rapidez e eficiência disso. Essa é uma modalidade utilizada no Brasil inteiro. Essa tipo de ata também é licitada em outro município, então ele está subentendendo que essa licitação feita em outro município ou em outro estado — não sei detalhes da ata — foi superfaturada lá, também? Então o Ministério Público de lá também vai investigar essa ata? Então é muita balela para "jogar para a torcida". Isso é ser leviano. Então esta Casa, nós, vamos olhar esse processo. Eu já mandei uma mensagem para secretário Daher, vou ver isso e numa próxima sessão vou voltar com as informações, para dar uma resposta para a sociedade. Porque ele vem aqui, joga palavras ao vento, sai da tribuna e vai embora, porque não gosta de ouvir o que nós temos para falar. Então foi leviana a manifestação do deputado, e está fazendo política partidária. Ele envolveu o PSDB e acontecimentos em outro município; uma coisa não tem nada a ver com a outra. Nós temos que ter responsabilidade com as nossas falas, porque nós somos acompanhados pela população, somos representantes da população, temos que ter responsabilidade com o que falamos nessa tribuna. Vou procurar saber, e terça-feira voltaremos com informações sobre esse processo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como já atingimos 11h, devemos passar para a Ordem do Dia. Declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Esta presidência comunica ao Plenário que irá realizar recomposição de quórum, para que possamos analisar as matérias pautadas na Ordem do Dia. Consulto o segundo-secretário se há quórum suficiente.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 242/2022. Verificando a presença do deputado Lucas de Lima. Retirado de pauta. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 071/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação à sala do Tribunal do Júri do Fórum da comarca de Paranaíba". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para fazer a minha declaração de voto, dizendo que o desembargador José Benedito Figueiredo deveria levar o nome de todo o Fórum daquela ilustre cidade, porque é um cidadão paranaibense que conseguiu...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Ainda não foi votado. Essa votação só pode ser aberta após o resultado, presidente; obedecendo ao Regimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente. Eu não posso fazer a declaração de voto?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não pode falar o nome, porque ainda está em votação, pois ainda pode ser recusado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir a minha declaração de voto, o homenageado deveria levar o nome do fórum de Paranaíba, porque é um cidadão paranaibense que conseguiu alcançar o topo da carreira judiciária sul-mato-grossense e trazer muito orgulho para Mato Grosso do Sul. Então, eu voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente. Eu registrei o meu voto favorável, mas no painel registrou abstenção. Quero fazer a retificação do meu voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Que seja feita a retificação.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, não registrou o meu voto também. Eu gostaria de votar favorável.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vai acontecer essa retificação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, eu não estou conseguindo registrar o meu voto aqui no painel.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pode votar oralmente.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Eu gostaria se pudesse dizer que eu voto sim a este projeto e sei que o senhor já está contabilizando os votos, mas eu gostaria de registrar o meu, por favor.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Está registrado o voto da deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu também gostaria de registrar o meu voto favorável a esse projeto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registrado o voto da deputada Mara Caseiro.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, eu também não estou conseguindo votar, e quero registrar o meu voto. Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registrado o voto do deputado Lidio Lopes.

Projeto de Lei nº 071/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, eu me perdi aqui, mas acredito que são dezenove votos favoráveis. Se ninguém pedir mais pela ordem, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu queria apresentar uma questão de ordem para que Vossa Excelência e a assessoria da presidência da Mesa Diretora registrem no livro decisões de questões de ordem, porque não estou com o meu Regimento Interno. Eu fiquei com uma dúvida sobre a advertência que me fez o deputado Paulo Corrêa. O projeto de lei anterior trata sobre atribuição do nome do desembargador José Benedito Figueiredo à sala do tribunal de júri. Quando nós estamos votando Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a votação é sigilosa, mas aqui trata-se de atribuição de nome de um espaço público, então, no meu entendimento, a intervenção do deputado Paulo Corrêa está equivocada nesse ponto. Assim, eu gostaria que a Mesa Diretora, através da questão de ordem, decidisse e nos orientasse para que



a gente possa ter a interpretação adequada do Regimento em todas as votações semelhantes. Se eu estiver errado, irei acatar. Por favor.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Atendida a solicitação do deputado Joao Henrique. Vai para análise da câmara jurídica.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Eu gostaria de colocar em pauta o meu projeto, que foi o primeiro item de hoje.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 084/2024. Autor: Mesa Diretora. "Dispõe sobre o reajuste remuneratório dos servidores do Poder Legislativo e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.064, de 1º de junho de 2023, para atualizar os valores do auxílio-alimentação e do auxílio-transporte". A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 084/2024, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoitos votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 242/2022. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre o prazo de validade de laudo médico-pericial que atesta Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais deficiências irreversíveis, para os fins que especifica, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 242/2022, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item nº 4. Em discussão única e votação simbólica, são um requerimento, vinte e oito indicações e treze moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Moção de pesar. Moção de pesar, proposta pela deputada Lia Nogueira e pelo deputado Zé Teixeira, em razão do falecimento do senhor José Braga. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero comunicar aos senhores deputados e às senhoras deputadas que no próximo dia 1º de maio, mesmo sendo



feriado, nós vamos iniciar o processo de homologação do data center desta Casa. O serviço será feito em quatro dias, e nós vamos utilizar o dia 1º, o dia 2, o dia 3 e o dia 4. Eu já conversei com a deputada Mara Caseiro, pois no dia 2 haveria um evento da Escola do Legislativo, e ela o adiou, para que a gente possa fazer a homologação do data center. Então, deixo comunicado oficialmente que a Assembleia estará fechada ao público, e que não haverá expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h17min).